



# “ECOS DO ÑO”: O DISCURSO DOCENTE DIANTE DA PROBLEMÁTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA NA ERA BOLSONARO

---

Patrícia Lima Bezerra <sup>1</sup>  
Jarles Lopes de Medeiros <sup>2</sup>

*“Ecos do ño”: the teacher's speech facing the Brazilian educational problem in the Bolsonaro Era*

## **Resumo:**

O artigo analisa as políticas públicas destinadas à educação desenvolvidas nos dois primeiros anos da gestão bolsonarista no Brasil sob a perspectiva docente. Diante das transformações ocorridas no país desde o fim do governo de Dilma Rousseff, em 2016, até a posse de Jair Messias Bolsonaro, em 2019, tornou-se relevante a necessidade de reflexão acerca dos efeitos de tais alterações no cenário político educacional. As falas de 11 docentes atuantes na educação pública, coletadas através de entrevistas, foram o fio condutor de nossa investigação, sendo utilizada, como recurso metodológico, a análise do discurso. Como os docentes avaliam as políticas públicas do governo bolsonarista voltadas à pasta, a atuação do Ministério da Educação e os impactos das políticas educacionais no exercício da docência são algumas questões que conduzem esta pesquisa, no intuito de apontar possíveis implicações no desenvolvimento do projeto educacional brasileiro. Os resultados apontam que os sujeitos entrevistados consideram que as mudanças no campo da educação ocorridas no governo bolsonarista têm caráter de retrocesso. Os sujeitos fornecem elementos suficientes para chegarmos à conclusão de que o que está em curso atualmente no país é um projeto de destruição da educação pública, gratuita e de qualidade.

**Palavras-chave:** Educação. Políticas públicas. Docência

## **Abstract:**

*The article analyzes the public policies aimed at education developed in the first two years of the Bolsonaroist administration in Brazil from the teaching perspective. Given the transformations that have occurred in the country since the beginning of the Bolsonaro government in 2019, the need for reflection on the effects of such changes in the educational political scenario has become relevant. The statements of 11 professors working in public education, collected through interviews, were the guiding thread of our investigation, being used, as a methodological resource, the discourse analysis. As the professors evaluate the public policies of the Bolsonaroist government focused on the portfolio, the performance of the Ministry of Education and the impacts of educational policies in the exercise of teaching are some of the issues that conduct this research, in order to point out possible implications in the development of the Brazilian educational project. The results indicate that the interviewed subjects consider that the changes in the field of education that occurred in the Bolsonaroist government have a retrogressive character. The subjects provide enough elements to reach the conclusion that what is currently underway in the country is a project of destruction of public, free and quality education.*

**Keywords:** Education. Public policy. Teaching.

1. Licenciada em Pedagogia e História pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professora da Rede Pública Municipal de Fortaleza, Ceará (SME-FOR).

2. Doutor e mestre em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor de língua portuguesa na Secretaria da Educação do Ceará (SEDUC).

## 1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, após a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder executivo, movimentos de negacionismo e revisionismo histórico procuram consolidar narrativas que põem em xeque a confiança da população nas ciências, descredibilizando a comunidade científica das mais diversas áreas e dos mais variados níveis, inclusive da educação. Exemplo disso, tem sido as relativizações acerca de acontecimentos históricos, em específico, o genocídio contra os judeus nos campos de concentração na Alemanha Nazista, em que os estigmas do Holocausto são comemorados por grupos fundamentalistas.

Conforme Valim, Avelar e Bevernage (2021), esse movimento de negar o passado sob motivações escusas é cada vez mais frequente, sobretudo com o avanço da era digital, que veiculam com mais facilidade essas vozes. "O surgimento de um cenário midiático-digital global facilitou a ampla disseminação da negação do Holocausto e de outras formas de negacionismo histórico" (p. 18). A distorção de conceitos, ideias e obras do educador e patrono da educação nacional, Paulo Freire, assim como a perseguição ideológica contra ele perpetrada, também são exemplos de algumas dessas narrativas.

O crescimento desses movimentos ganhou força e representatividade com a eleição de Bolsonaro e seu discurso neofascista para a presidência em 2018, pouco depois do golpe de Estado que destituiu a presidenta Dilma Houssef. O processo de desmonte das políticas públicas educacionais, iniciado ainda em 2016 após o golpe, aprofundou-se com o governo bolsonarista, colocando em risco históricas conquistas do setor educacional, como, por exemplo, o decreto 10.512/2020, que basicamente anula a inclusão de crianças e adolescentes com deficiência no ensino regular.<sup>3</sup>

Como recorte epistêmico da presente pesquisa, temos as falas de professores e professoras, uma vez que, no desenvolvimento deste estudo, nosso lugar de fala é o chamado chão da escola. Portanto, tecemos análises das políticas educacionais

bolsonaristas a partir do discurso docente, que serve como amostra para suscitar reflexões macropolíticas. A escolha dos sujeitos da pesquisa e de seus discursos para análise aqui proposta se justifica, pois, segundo Paulo Freire (2019), a educação é um ato político, não sendo possível atuar na educação de forma neutra. Afinal, se é no chão da escola que se refletem os efeitos das políticas públicas educacionais, como seria possível apartar docência e política? Tal constatação ganha força quando trazemos para a pauta a onda de conservadorismo que o Brasil vê avançar desde o fim do governo do Partido dos Trabalhadores (PT).

Em 2015, durante protestos contra Dilma Rousseff, então presidenta em exercício, viam-se faixas com os dizeres "Chega de doutrinação marxista – Basta de Paulo Freire". Após o golpe que depôs a presidenta, em 2016, movimentos contrários ao pensamento do educador pernambucano inflaram-se contra a educação humanizada e libertária, amplamente abordada e esmiuçada por Freire em suas obras. Podemos citar como exemplo o MBL – Movimento Brasil Livre –, que chegou a organizar um abaixo assinado, em 2017, exigindo a retirada do nome de Paulo Freire como patrono da educação.

Também é de 2015 o projeto de lei nº 867/2015, apresentado pelo Deputado Izalci Lucas, do PSDB do Distrito Federal, que tinha como missão incluir na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional o programa Escola sem Partido. Tal projeto, de acordo com seu website, defende uma lei contra o abuso da liberdade de ensinar e parte do pressuposto de que as salas de aulas são utilizadas por docentes como espaços de propaganda política de esquerda e doutrinação marxista.

Durante o pleito presidencial de 2018, a campanha de Jair Messias Bolsonaro deu volume às narrativas que delineavam profissionais da educação como doutrinadores comunistas, prontos para transformar estudantes em soldados da guerra ideológica. A perseguição bolsonarista à docência se desenvolveu a partir da deturpação de conceitos e da disseminação de ideias e notícias falsas, como, por exemplo, a distribuição fictícia de um "kit gay" nas escolas públicas. O inexistente *kit* seria

3. STF referenda liminar que barra decreto de Bolsonaro para a educação especial. Extra Classe. Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/educacao/2020/12/stf-referenda-liminar-que-barra-decreto-de-bolsonaro-para-educacao-especial/>. Acesso em: 15 fev. 2021.

utilizado por professores e professoras para abordar a também fictícia ideologia de gênero e "incitar" a homossexualidade de estudantes. É nesse contexto que surge o movimento "Escola sem Partido".

Conforme Frigotto (2016), o "Escola sem Partido" é uma tentativa de cercear a liberdade de ensinar em seu sentido mais amplo, que desemboca no conceito freireano de educar, que vai além de ensinar um conhecimento, e sim ler o mundo a partir desse conhecimento. O autor destaca que esse movimento se pauta em um partido político único e absoluto, intolerante com a diferença, que põe limites à liberdade, à justiça, xenofóbico (gênero, etnia, pobreza). "Um partido, portanto, que ameaça os fundamentos da liberdade e da democracia liberal, mesmo que nos seus marcos limitados e mais formais que reais. Um partido que dissemina o ódio, a intolerância e, no limite, conduz à eliminação do diferente" (p. 12).

Diante do exposto, discutir política e ação docente tendo como ponto de partida a fala dos professores e professoras que atuam na linha de frente de sistema educacional brasileiro, ou seja, a escola pública, torna-se relevante para a sociedade e para as políticas públicas, uma vez que são esses/essas profissionais que vivenciam diretamente, com crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, a materialização de tais políticas.

Metodologicamente, utilizamos a análise do discurso, também conhecida como análise do discurso francesa. Carvalho (2017, p. 5) destaca que essa metodologia "[...] direciona o olhar para que a construção discursiva – em sua historicidade e subjetividade – seja entendida como um objeto de pesquisa". De acordo com Santos (2021, p. 215), com essa abordagem "[...] compreende-se o sujeito como sendo atravessado tanto pela ideologia quanto pelo inconsciente; logo seu sujeito não é *uno* ou do *cogito*, porém é considerado um sujeito *descentrada*, *cindido*, *clivado*" (p. 215).

Tivemos como propósito compreender os dados coletados (fala dos sujeitos) levando em consideração dimensões externas (históricas e

sociais), as conexões da linguagem com o social, conforme destacam Medeiros e Jucá (2019):

A análise discursiva não se restringe ao objeto/texto. É preciso considerar que os elementos constituintes do discurso presente em determinado texto ou fala se encontram no campo social mais amplo. Trata-se de uma análise complexa e polimorfa da linguagem, podendo ser vista de diferentes ângulos analíticos (MEDEIROS; JUCÁ, 2019, p. 68).

Como critério de escolha dos sujeitos da pesquisa, foram considerados os seguintes: ser pedagogo/a e/ou possuir diploma de licenciatura plena, atuantes na educação básica e/ou no ensino superior públicos no período entre 2016 e 2021. Dessa forma, selecionamos 11 professores e professoras que atuam desde a educação infantil ao ensino superior.

Devido ao distanciamento social implementado no estado do Ceará pelo Decreto n.º 33.519, de 19 de março de 2020 (CEARÁ, 2020), em decorrência da pandemia de Covid-19,<sup>4</sup> as entrevistas foram realizadas de forma remota, via *Google* Formulário, com um questionário de entrevista semiestruturado. Após a realização das entrevistas, ocorridas no mês de fevereiro de 2021, elas foram organizadas e analisadas, sob a perspectiva da análise do discurso. Com o intuito de preservar a identidade dos sujeitos entrevistados, eles foram identificados com a palavra "professor" seguida de um número: Professor 01, Professor 02, etc.

## 2. "LINHA DE FRENTE" – QUEM SÃO E O QUE DIZEM AS VOZES DO DISCURSO DOCENTE

Ninguém melhor para orientar a análise das políticas do governo Bolsonaro do que personagens que compõem o cenário educacional. O questionário, composto por oito questões objetivas e subjetivas, foi direcionado a professores e professoras do ensino público, abrangendo profissionais de todos os níveis da educação básica e do ensino superior.

4. Em fevereiro (2020), a OMS passou a utilizar oficialmente o termo Covid-19 para a síndrome respiratória aguda grave causada pelo novo vírus, que também ganhou sua nomenclatura definitiva: Sars-CoV-2. A Covid-19 colocou diversas nações do planeta em isolamento social, sua incidência já matou milhões de pessoas no mundo e em maio de 2020 foi considerada a maior *causa mortis* no Brasil. Fonte: Fiocruz. Disponível em: <http://www.coc.fiocruz.br/index.php/pt/todas-as-noticias/1853-especial-covid-19-os-historiadores-e-a-pandemia.html#.YDRGLuhKjIV>. Acesso em: 22 fev. 2021.

Ao todo, responderam ao nosso questionário 11 profissionais da educação, sendo 3 da educação infantil, 3 do ensino fundamental, 3 do ensino médio e 2 do ensino superior, todos e todas atuantes no setor público. As falas coletadas funcionarão como amostra da opinião docente acerca das políticas públicas propostas para a educação durante os dois primeiros anos do governo de Bolsonaro no Brasil (2019-2020).

A maioria, cerca de 81,8%, das pessoas entrevistadas, considera que ocorreram muitas mudanças no campo da educação sob a administração bolsonarista e, no que diz respeito ao caráter dessas mudanças, 100% das pessoas entrevistadas caracterizaram como retrocesso. Quanto à atuação do Ministério da Educação no período pesquisado, os/as professores/as avaliam como ruim (18,2%) ou péssima (81,8%). As políticas educacionais da gestão bolsonarista são consideradas razoáveis (18,2%), ruins (18,2%) e péssimas (63,6%) pelos/as docentes.

Ao longo das respostas dadas às perguntas de nosso questionário, as falas dos/das educadores/as reforçam a imagem de desmonte e retrocesso educacional atribuída à gestão bolsonarista, apontada como retrógrada e antidemocrática.<sup>5</sup>

### 3. “BOCA DE LOBO” – AS POLÍTICAS PÚBLICAS DO BOLSONARISMO PARA A EDUCAÇÃO

Em 2019, ao assumir o Ministério da Educação, Abraham Weintraub lançou um pacote de medidas destinadas à pasta, a começar pelo “Future-se”, apresentado em julho. Este programa tratava de recursos para o Ensino Superior, prometendo maior autonomia financeira para as Universidades e Institutos Federais. Seu objetivo primordial é incentivar as instituições de ensino superior federais a captar a própria receita através de contratos e parcerias com organizações privadas para o fomento do empreendedorismo.<sup>6</sup>

O programa apresentado pelo ministro revela o ensejo de ampliação da presença da iniciativa privada na educação pública. Utilizando como pretexto o incentivo a uma maior autonomia financeira, o MEC mercantiliza a educação e tenta dissolver a responsabilidade do Estado de ampliar o investimento público no Ensino Superior. Encontramos ecos dessa medida nas seguintes falas de alguns/algumas entrevistados/as, ao perguntarmos suas opiniões sobre as políticas educacionais bolsonaristas:

São políticas que atendem apenas aos interesses dos setores privados da educação e desmanche da educação pública, que já é historicamente frágil. Os cortes de recursos para as universidades públicas e o ataque ideológico contra a ciência, aliado ao negacionismo que é defendido pelo presidente, buscam retirar o caráter crítico da educação, além de torná-la cada vez menos democrática, o que ficou evidente após o início da pandemia (Docente 02).

Não existem políticas públicas do governo Bolsonaro. Nada criado por ele. A maior parte da educação brasileira está estagnada, sem qualquer gestão que não seja a pura manutenção do óbvio. Fora isso, pode-se falar em destruição de políticas com a redução de programas e projetos, bem como do financiamento ao ensino superior (Docente 03). Políticas que atendem aos interesses da classe empresarial e dos interesses ideológicos religiosos, mesmo o Estado sendo laico (Docente 04).

A péssima relação entre o MEC e as instituições de ensino federais marca a gestão do ministro Weintraub. Pouco depois de assumir o Ministério, em entrevista a um jornal, ameaçou cortar verbas das Universidades que, a seu ver, promoviam “balbúrdia”. No mesmo dia, o MEC anunciou corte orçamentário em todas as universidades, Institutos Federais (suspensão do repasse de 30% das verbas discricionárias) e no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB). A medida foi recebida com grande insatisfação pela comunidade acadêmica que, em forma de protesto, passou a divulgar nas redes sociais o desenvolvimento científico nas Universidades. (TORRES, 2020, p. 163)

5. Adjetivos regularmente atribuídos ao governo Bolsonaro pelos/pelas entrevistados/as.

6. Future-se: entenda os principais pontos do programa do MEC. Carta Capital. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/future-se-entenda-os-principais-pontos-do-programa-do-mec/>. Acesso em: 24 fev. 2021

Em setembro de 2019, o MEC anunciou diminuição dos recursos destinados à CAPES, que, em 2020, teve apenas metade do orçamento de 2019. O combo de medidas restritivas orçamentárias levou a uma série de protestos e em todo o país milhares de pessoas foram às ruas em manifestação ao desmonte público. Essas manifestações ficaram conhecidas como tsunami da educação <sup>7</sup>.

As opiniões docentes a seguir corroboram os efeitos danosos da gestão confusa e desqualificada do governo Bolsonaro na pasta educacional:

Desmonte total. Acabou com a pesquisa e o desenvolvimento autônomo das IES. Nessa soberba da luta ideológica sobrou muita perseguição e faltou planejamento e organização naquilo que é fundamental (Docente 07).

De modo geral, as políticas educacionais neste governo estão estagnadas ou sofrendo retrocessos pela ausência de gestão e financiamento. A cada ano temos nos deparado com o orçamento reduzido, ou seja, falta gestão e com a pandemia identificamos que falta consciência da necessidade de produzir justiça social a partir da educação pública, o ENEM foi uma pertinente demonstração (Docente 09).

Outro programa apresentado por Weintraub e oficializado pelo seu sucessor, é fruto da parceria do MEC com o Ministério da Defesa e prevê a implantação de 216 escolas cívico-militares em todo o território nacional até 2023. O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares foi regulamentado pela Portaria nº 40, de 22 de janeiro de 2021<sup>8</sup> e é apontado por um dos entrevistados como um retrocesso, pois representa, de acordo com o Docente 08, "grande investimento em escolas cívico-militares, em vez de destinar recursos para todas as escolas, principalmente as que mais necessitam".

O único avanço do período pesquisado citado nas falas docentes foi a aprovação, em agosto de 2020, do Novo FUNDEB, apontada como fruto da luta articulada pela base de oposição ao governo e da participação efetiva da comunidade escolar e acadêmica. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, criado em 2007, é o principal mecanismo de financiamento da educação básica e tinha vigência prevista até 2020.

A lista a seguir, coletada na entrevista, sintetiza alguns dos retrocessos apontados pelos/pelas docentes:

- Os cortes nos recursos das universidades públicas (Docente 02);
- A intervenção e censura nas universidades, a partir da indicação de interventores (Docente 03);
- O impacto negativo que o desmanche do Ensino Superior tem no Ensino Básico (Docente 04);
- O negacionismo e anticientificismo como "crença" educacional (Docente 07);
- A censura velada aos docentes (Docente 08);
- Alinhamento aos interesses dos setores privados ligados à educação (Docente 09);
- A desvalorização da carreira docente (Docente 10);
- A educação como um espaço antidemocrático (Docente 11).

Ainda sobre a cadeia de retrocessos impostos à educação entre 2019 e 2020, um/uma dos/das docentes alega:

Não vejo nenhum avanço. De retrocesso, penso que são exemplos: a prioridade de discussão de ensino domiciliar; a redução de programas como o PIBID; o corte de investimentos na pós-graduação; a estagnação do debate sobre o novo ensino médio (que era uma proposta ruim da gestão Temer, mas que poderia evoluir para um status minimamente útil); a total falta de apoio às redes estaduais e municipais para enfrentamento da pandemia; e a recente modificação do edital do PNLD retirando temas importantes da escola básica. Deve ter muito mais, sem sombra de dúvida (Docente 03).

O espírito antidemocrático foi materializado na Medida Provisória 914/2019, através da qual o MEC interferiu na escolha dos dirigentes das unidades de ensino federais, desrespeitando a autonomia e a democracia das instituições, chegando a nomear interventores no lugar dos reitores eleitos. O anticientificismo foi alimentado pelo governo de Bolsonaro através da suspensão do edital de pesquisas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e do corte de milhares de bolsas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) (TORRES, 2020, p. 163-164).

7. "Grito dos excluídos" e "Tsunami da Educação" levam milhares às ruas contra Bolsonaro. Brasil de Fato. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/09/07/grito-dos-excluidos-e-tsunami-da-educacao-levam-milhares-as-ruas-contra-bolsonaro>. Acesso em: 23 fev 2021.

8. MEC. Disponível em: <http://escolacivicomilitar.mec.gov.br/>. Acesso em: 24 fev. 2021.

Uma das pessoas entrevistadas aponta "o pior e mais cruel legado que teremos deste governo: amargar a ideia que está sendo imposta à sociedade de que professores, sindicatos, pesquisadores e até o mestre Paulo Freire são inimigos da educação" (Docente 08).

A gestão bolsonarista suspendeu em 2020 a contratação de docentes e técnicos administrativos e, anteriormente, tentou impor o ingresso de docentes nas Universidades federais através de contratação via CLT, numa tentativa explícita de desvalorizar e sucatear a carreira docente. Destacamos aqui algumas respostas dadas à pergunta sobre possíveis impactos da gestão bolsonarista na docência:

Impactou negativamente, pois colocou o docente na posição de "inimigo": doutrinador, comunista e partidário. Ao legitimar discursos alinhados ao grupo ideológico de tendências fascistas e neoliberais "Escola Sem Partido", o presidente apoiou o ataque à liberdade de cátedra e ao pensamento crítico que a nossa profissão exige (Docente 02).

Impactou com desesperança e medo. Haja vista que o mandatário em questão não era e não é um grande admirador da função docente como ela é, para eufemizar, a possibilidade de um ataque direto aos professores era real. Todavia, a incompetência parece que foi maior: até para destruir esse governo tem de dificuldade (ainda bem) (Docente 03).

Sim, já desde a campanha presidencial foram divulgadas nas redes sociais várias *fake news* sobre o trabalho dos professores, gerando desconfiança na sociedade sobre a atuação profissional dos docentes. Além disso, houve um incentivo por parte do presidente de um verdadeiro patrulhamento de suas ações pedagógicas, expondo profissionais e até colocando em risco a segurança dos mesmos a partir de filmagens descontextualizadas e divulgadas sem autorização. Toda essa ação tem como objetivo de fomentar ainda mais a desvalorização social do professor. A partir daí as ideias da escola sem partido vieram colocar os professores em situação temerária (Docente 08).

O governo Bolsonaro e o rodízio de sua tríade de ministros dedicaram-se com afinco a perseguir a educação progressista, representada pela figura docente. Ao voltar a opinião pública contra educadores e educadoras de todo o país, o bolsonarismo tenta frear o desenvolvimento do projeto educacional iniciado na década anterior,

demonstrando ferrenha oposição às políticas de diminuição das desigualdades sociais. Essa postura governamental, baseada no ódio de classe e traduzida nas falas dos ministros bolsonaristas, é citada pelos/pelas profissionais da educação:

Sim, as famigeradas acusações fantasiosas de que nós, professores, promovemos doutrinação marxista e de ideologia de gênero fez e ainda faz parte da base ideológica do atual governo (Docente 10).

A educação foi abalada com uma ideologia contrária ao que pregam educadores críticos e humanizadores. A perseguição a docentes críticos em um país polarizado e que ascendeu um fascismo descarado e sem filtro, sem precedentes na história contemporânea (Docente 11).

Podemos inferir, a partir das falas acima, que o governo Bolsonaro se empenhou em aparelhar a máquina pública contra a educação. Suas medidas e programas refletem exatamente a espinha dorsal do bolsonarismo: autoritarismo, perseguição ideológica, desprezo pelas ciências e pela educação e uma profunda imperícia para gerir políticas públicas.

Para os/as professores/professoras, a política bolsonarista é, em síntese:

Necropolítica. Políticas de destruição de direitos básicos da população, principalmente das minorias. Políticas que reforçam preconceitos e a falta de preparo de políticas que melhorem a vida das pessoas. Políticas que atendem aos interesses da classe empresarial e dos interesses ideológicos religiosos, mesmo o estado sendo laico. Políticas ambientais sendo fragilizadas e deixando aberta a destruição ambiental por parte do agronegócio. Isso é a necropolítica do governo Bolsonaro (Docente 11).

Aqui vale evocar, uma vez mais, a problemática em torno do projeto Escola sem partido, cujos argumentos são constantemente alimentados pelo discurso persecutório do Executivo Federal e de suas forças aliadas. Para a comunidade educacional comprometida com a educação libertária, fundada nos princípios de cidadania, liberdade e respeito às diversidades e aos direitos humanos, um alerta: é preciso estar atento e forte.<sup>9</sup>

9. Referência à canção "Divino maravilhoso" de Gilberto Gil e Caetano Veloso.

Assim, sob a lógica da ditadura comissária, em que a norma pode ser suspensa sem, entretanto, deixar de vigorar (a lei não se aplica, mas permanece em vigor), o Projeto do Escola sem Partido, ainda que inconstitucional, pode ser aprovado e aplicado. Já sob uma ditadura soberana, em que se suspende a velha constituição e a nova ainda não está plena, o Projeto de Lei pode ser aprovado ou, se não, aplicado mesmo sem estar formalmente em vigor (RAMOS, 2017, p. 79).

Também pedimos aos professores e às professoras que definissem a gestão educacional bolsonarista e suas respostas avolumam o coro dos descontentes:

Retrocedendo, antidemocrática, tecnicista e militarizante (Docente 01).

Retrógrada, antidemocrática e entreguista (Docente 02).

Conservadora; repressora do imaginário; limitadora da empatia; alheia ao civilizacional. Utilizando um adjetivo usado pelo ex-ministro da educação Weintraub: "balbúrdia" (Docente 06).

Um retrocesso completo embasado em sucessivos erros e tomada de posições notadamente equivocadas. Lastimável (Docente 08).

Atrapalhada, ideológica, fascista e preconceituosa (Docente 11).

Podemos perceber que, pelo menos entre os/as entrevistados/as, é consenso que a política bolsonarista representa retrocesso e põe em risco o regime democrático. O tratamento dado pelo bolsonarismo à educação é fundamentado na precarização da educação pública, em todos os níveis, insulto à Docência, insubordinação e desprezo às Ciências e profundo agravamento do abismo social brasileiro. A repercussão das investidas de Bolsonaro contra a educação coloca o próprio futuro do país em risco, paulatinamente caminhando no rumo contrário ao desenvolvimento.

Na obra literária "Alice no país das maravilhas", de Lewis Carroll, há uma frase muito interessante: "Para quem não sabe para onde vai, qualquer caminho serve!" A profunda ignorância e incompetência com que Bolsonaro e sua equipe gerem a nação podem criar a ilusão de que caminhamos sem destino, o que justificaria erros e confusões na trajetória educacional do período. Um dos anúncios-denúncias pretendidos nesta pesquisa é justamente a constatação de que

o bolsonarismo no Brasil não está sem rumo, não caminha a esmo.

O desmonte público e a galopante precarização da educação pública são os tijolos verde-amarelos da estrada que leva à cidade das esmeraldas neoliberais, onde o Brasil, guiado por homens sem cérebro, sem coração e sem coragem, marcha de encontro a um futuro que repete o passado mais remoto.

É preciso ter esperança, como aponta Paulo Freire em "Pedagogia da autonomia" (2019). O autor destaca que existe uma prática fatalista, criada na pós-modernidade, de conformismo, "o mundo é assim mesmo", em que os alunos são educados para se moldarem ao sistema, que não pode ser mudado. No entanto, aponta a relação entre a prática educativa e a esperança, e esta tem a ver com a busca. Sem a esperança, a história se resumiria ao determinismo, pois é nos movimentos contra a hegemonia posta pela história que há mudanças. O mundo está sendo, ele não é determinado a priori, dessa forma, é preciso compreender o futuro como problema, e não como inexorabilidade, e o conhecimento histórico como possibilidade, e não determinação.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS – A LUTA APENAS PRINCIPIA

*Tudo que bate é tambor  
Todo tambor vem de lá  
Se o coração é o senhor, tudo é África  
Pois em prática, essa tática, matemática falou  
Enquanto a Terra não for livre, eu também não sou  
(Principia – Emicida)*

Não pretendemos aqui estender as discussões acerca das débeis políticas públicas dos dois primeiros anos do bolsonarismo no Brasil. Os/as profissionais da educação entrevistados/as integram parte do coro dos descontentes e fornecem elementos suficientes para chegarmos à conclusão de que o que está em curso atualmente no país é um projeto de destruição da educação pública, gratuita e de qualidade. Todos os dias, nos veículos de mídia, nas redes sociais, manchetes noticiam o aumento da lista de direitos que nos são retirados pela necropolítica de Jair Messias Bolsonaro.

Enquanto parlamentares e magistrados recebem uma penca de auxílios que inflam seus já vultosos salários, professores e professoras, apontados pelo presidente da república como predadores/as da inocência e perigosos/as doutrinadores/as, pelem para resistir à precarização das condições de trabalho docente.

Nas palavras de conclusão deste artigo, convocamos nossa classe a esperar. Nossa missão para com a educação libertadora é a mesma para com a nossa formação: continua e permanente. Enquanto o sistema, obtuso, busca nos fazer desistir da luta, nós lhes daremos o que temos de melhor: a garantia da imortalidade das sementes plantadas por Paulo Freire e por Marielle Franco.

Evocamos aqui a lembrança da pertinência da luta pela educação, que é luta pela nossa própria libertação. Conforme Freire (1987, p. 20): "E esta luta somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscar recuperar sua humanidade, que é uma forma de criá-la, não se sentem idealistamente opressores, nem se tornam, de fato, opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade em ambos". Dessa forma, conforme o autor, é tarefa primordial promover a libertação dos oprimidos, pois é destes que é emana a força necessária para sua libertação, como também para a libertação dos opressores.

Qual futuro está reservado para a educação no Brasil? Como os efeitos da necropolítica bolsonarista vão incidir sobre a qualidade e o desenvolvimento educacional e científico no país? Qual será o legado da educação após a Pandemia de Covid-19? Cenas dos próximos episódios de *Game of Brazil*.

## REFERÊNCIAS

---

- CEARÁ, **Decreto n.º 33.519, de 19 de março de 2020**. Intensifica as medidas para enfrentamento da infecção humana pelo novo coronavírus. Diário Oficial do Estado do Ceará, Fortaleza, CE, mar. 2020. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=390941>. Acesso em: 21 fev. 2021.
- CARVALHO, Leandro de. Abordagem discursiva da ação pública: discurso no cotidiano da gestão pública. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 199, dez. 2017. Disponível em: <https://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/34377/21304>. Acesso em: 22 jul. 2021.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 58. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. "Escola sem Partido": imposição da mordça aos educadores. **Revista Multidisciplinar de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (Cap-UERJ)**, v. 5, n. 9, jun. 2016.
- MEDEIROS, Jarles Lopes de; JUCÁ, Gisafran, Nazareno Mota. Itinerários metodológicos de pesquisa: uma abordagem transdisciplinar. **Revista Plures Humanidades**, v. 20, n. 1, 2019. Disponível em: <http://seer.mouralacerda.edu.br/index.php/plures/article/view/393>. Acesso em: 20 fev. 2021.
- RAMOS, Marise Nogueira. Escola sem Partido: a criminalização do trabalho pedagógico. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Escola "sem" partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017. p. 75-85.
- SANTOS, Kelly Cristine Martins dos. Como os discursos das mulheres negras militantes são reverberados a atualidade: uma análise discursiva. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 226, jan./fev. 2021. Disponível em: <https://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/52867/751375151453>. Acesso em: 22 jul. 2021.
- TORRES, Michelangelo. Um balanço crítico dos primeiros 18 meses da política educacional do governo Bolsonaro. In: FARIA, Fabiano Gondinho; MARQUES, Mauro Luiz Barbosa. **Giros à direita: Análises e perspectivas sobre o campo libero-conservador**. Sobral: Sertão Cult, 2020. p. 159-173 Disponível em: <http://sintifjr.org.br/sintifjr/wpcontent/uploads/2020/10/ebook-giro-a-direita-interativo-final.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2021.
- VALIM, Patrícia; AVELAR, Alexandre de Sá; BEVERNAGE, Berber. Apresentação. Negacionismo, historiografia e perspectivas de pesquisa. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 41, n. 87, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/mKqxcgYcFLmDBCNWmVKJ4gd/?lang=pt>.